

~ 2003/2004 ~

## Defesa & Segurança

– Súmula das principais actividades desenvolvidas –

## Nota Introdutória

As actividades do IEEI na área de Segurança e Defesa constantes do presente relatório são, na generalidade, as programadas em 2003. No ponto de vista do calendário de execução, o relatório cobre porém o período que vai de Maio de 2003 a Maio de 2004, em que foi aplicado o apoio concedido pelo Ministério da Defesa Nacional.

Neste período, o IEEI teve uma intensa intervenção no debate nacional, europeu e transatlântico sobre as novas circunstâncias da segurança internacional e as mutações europeias, e as suas implicações para Portugal. O IEEI deu particular atenção, do ponto de vista analítico e do debate público, à evolução dos conceitos estratégicos, de Portugal e dos nossos principais parceiros europeus e americanos, à reforma institucional europeia, nomeadamente a resultante da Convenção Europeia, e à problemática das relações transatlânticas. Neste domínio, é de salientar o projecto sobre Portugal e o Futuro da Europa, concretizado neste período. Do ponto de vista dos estudos regionais, privilegiou-se a análise da situação em regiões prioritárias no ponto de vista dos interesses, inclusive de segurança, de Portugal, e designadamente o Mediterrâneo, a África subsaariana e o Sudeste Asiático. De salientar, aqui, as actividades que o IEEI coordena e/ou leva a cabo como coordenador da rede EuroMeSCo, a rede de institutos com sede nos países da Parceria Euro-Mediterrânica.

Do ponto de vista editorial, destacam-se os artigos publicados sobre as temáticas prioritárias em *O Mundo em Português* e na revista *Estratégia*, bem como em publicações nacionais e estrangeiras em consequência da actividade do IEEI .

De referir a importância que teve neste período de actividade a elaboração de dois estudos específicos para o Ministério da Defesa, um dedicado à análise comparada dos estabelecimentos da Defesa Nacional de cinco países simultaneamente membros da Nato e da União Europeia, e outro sobre o futuro da cooperação militar portuguesa com Timor-Leste.

O presente relatório está organizado de acordo com os objectivos fixados no programa de 2003 na área da segurança e defesa, contendo um breve descritivo do modo como foram realizadas as actividades em que se traduziram, como já referido, no período compreendido entre Maio de 2003 e Maio de 2004.

WA: 18524



**A. Corresponder à solicitação do Ministro da Defesa Nacional no que diz respeito à elaboração de uma análise comparativa dos Ministérios da Defesa num número seleccionado de países da Aliança Atlântica.**

**• Orgânica da Defesa Nacional em países seleccionados da União Europeia e da Nato**

Análise comparativa dos estabelecimentos e da orgânica da Defesa Nacional em cinco países europeus, cuja selecção obedeceu a um critério múltiplo: incluir as maiores potências militares europeias, e igualmente países de média dimensão, com tradições variadas no relacionamento civil-militar, interesses externos diversificados quanto à orientação geográfica, com níveis claramente diferentes na proporção dos gastos com a defesa e diferentes capacidades de empenhamento e projecção de forças.

Foi estabelecido um quadro comparativo dos principais actores institucionais em matéria de defesa nacional nestes cinco países, e das vias do relacionamento que estabelecem entre si, e elaborada uma grelha de descritivo e comentário sobre a orgânica dos ministérios e dos estabelecimentos da Defesa nos países em estudo. O comentário tem particular incidência sobre os aspectos relativos às adaptações mais significativas. Os elementos constituintes deste levantamento foram recolhidos essencialmente a partir da consulta directa das fontes oficiais, com contactos para esclarecimento de alguns aspectos pontuais com os ministérios respectivos, e, em menor grau, da literatura especializada.

A partir do estudo foi elaborado um relatório que extrai as conclusões consideradas de particular utilidade para a formulação, organização e administração da política de defesa, inclusive na sua componente militar, em Portugal.

**B. Estudar o futuro da cooperação militar portuguesa com Timor-Leste, no contexto da segurança regional do Sudeste Asiático, a partir da experiência da participação de Portugal na missão de paz em Timor, e da experiência de cooperação militar com os países africanos de língua oficial portuguesa.**

Este estudo abordou as seguintes questões principais:

- a) Levantamento dos dados da participação portuguesa na missão de paz em Timor
- b) Inquérito aos institutos da região, para a identificação das percepções dos diversos países em relação a Portugal e à sua futura participação militar em Timor-Leste.
- c) Análise detalhada do contexto de segurança regional e identificação das principais ameaças à segurança de Timor-Leste, com o levantamento das áreas em que a cooperação militar portuguesa pode ser relevante.

Em paralelo, foi desenvolvida uma pesquisa sobre operações militares na África subsaariana, que inclui uma resenha das actuais operações de paz em África, a organização de uma reunião-

debate com membros de instituições militares portuguesas, na qual se abordou o tema das missões de paz e da cooperação militar em África e da intervenção portuguesa nesse campo e a realização de um inquérito a personalidades dos países africanos de língua oficial portuguesa.

As principais conclusões foram discutidas em dois *workshops* (17 de Fevereiro e 13 de Maio), que contaram com a participação de representantes do ministério da Defesa, do Estado Maior General e dos três ramos das Forças Armadas. Os comentários e sugestões feitos nos *workshops* foram integrados nos relatórios respectivos.

### **C. Intervir no debate sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e suas consequências para a política de defesa.**

Os especialistas do IEEI participaram em diversos debates e reuniões que tiveram como objectivo a análise, quer do conceito estratégico de defesa nacional português, quer da política de defesa. Neste período, o IEEI participou activamente nos debates sobre o Conceito de Segurança da União Europeia, onde foi igualmente debatido o conceito português.

### **D. Intervir no debate nacional e europeu sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa, nomeadamente no contexto da Convenção sobre o Futuro da Europa.**

Esta é uma das áreas de maior dinamismo do IEEI, não só pelas actividades que organiza e pelos estudos que produz, como também pela intensa participação dos seus investigadores em redes e projectos internacionais.

### **A defesa n' O Futuro da Europa**

O IEEI, em colaboração com uma comissão organizadora constituída pelas principais universidades e associações empresariais do país organizou, entre Outubro de 2002 e Julho de 2003, o **Debate Nacional sobre o Futuro da Europa**, no quadro do qual foram organizados 10 seminários, dois dos quais dedicados a questões de política externa, segurança e defesa: *A Política Europeia de Segurança e Defesa* (Lisboa, 22 de Novembro de 2002) e *A Reforma da Política Externa e de Segurança Comum* (Lisboa, 28 de Janeiro de 2003). Um dos grupos de trabalho do Congresso Portugal e o Futuro da Europa, que decorreu em Lisboa, a 7 e 8 de Março de 2003, foi igualmente dedicado ao tema *A Europa como Actor Internacional – Política Externa e de Segurança Comum e Política Europeia de Segurança e Defesa*.

## **Conferência Internacional de Lisboa**

### **Diversidade e Mudança na Ordem Internacional: Diálogo e Conflitos no Mediterrâneo**

*20-21 Novembro 2003*

A Conferência Internacional de Lisboa (CIL), que se realiza já desde 1981, sempre com o patrocínio e a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, aborda por norma temas europeus e do relacionamento da Europa com outras áreas do mundo e incide geralmente sobre aspectos de segurança. Em 2003, a CIL foi dedicada ao tema *Diversidade e Mudança na Ordem Internacional – Diálogo e Conflitos no Mediterrâneo*. Tendo como pano de fundo um contexto internacional fortemente marcado pelo conflito israelo-palestino e pela crise iraquiana, os participantes discutiram, entre outras questões, o islamismo e a transição democrática no Mediterrâneo, diversas vertentes do processo de paz no Médio Oriente, os planos da União Europeia e da NATO para o Mediterrâneo e os possíveis cenários de paz e conflito no Mediterrâneo.

## **Portugal e União Europeia**

*Instituto da Defesa Nacional*

*3 e 4 de Março de 2004*

Numa iniciativa conjunta do IEEI e do IDN, o seminário centrou-se especialmente na política externa, de segurança e defesa da União Europeia, no quadro do futuro Tratado Constitucional. Assim, foram analisados o Conceito Estratégico Europeu, a posição de Portugal perante os desenvolvimentos da Política Externa e de Segurança Comum, bem como a posição portuguesa em relação à Política Europeia de Segurança e Defesa e à sua relação com a NATO. (Anexo A)

## **Fornet**

A FORNET – European Foreign Policy Research Network – tem como objectivo estruturar e coordenar uma vasta rede de investigadores que, por todos os países europeus, se dedicam às questões de política externa. Pretende modernizar, alargar e aprofundar a investigação sobre esta área central da política europeia, numa base de cooperação informal entre os seus membros. A actividade da FORNET concentra-se essencialmente em cinco temas: evolução da política europeia de segurança e defesa, a PESC e o alargamento, teorias sobre a PESC, evolução e *accountability* das instituições PESC, a PESC numa perspectiva regional: diálogo, gestão de crises e resolução de conflitos. No âmbito das actividades do FORNET, o IEEI elaborou um relatório em que foram identificadas as posições portuguesas sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa e sobre a Política Externa e de Segurança Comum.

## **Group of Personalities in the field of Security Research**

O IEEI participou activamente, através da figura dos 'sherpas', no apoio ao *Group of Personalities in the field of Security Research*, um grupo de aconselhamento da Comissão Europeia que elaborou o relatório sobre as prioridades da investigação no domínio da segurança, *Research for a Secure Europe*. Esta participação envolveu a participação activa na série de reuniões, em Bruxelas, que prepararam a redacção desse relatório contendo recomendações estratégicas e operacionais para reforçar o potencial industrial europeu no campo da investigação sobre segurança, visando contribuir para a diminuição da brecha tecnológica e industrial existente entre a Europa e outras regiões do mundo, particularmente os Estados Unidos.

## **Publicações**

### ***O Mundo em Português – Especial Defesa***

O número de Dezembro/Janeiro (2003/2004) incluiu um dossier especial consagrado ao tema da defesa e segurança, onde foram publicados os seguintes textos: **Portugal, a defesa e o mundo**, de Álvaro de Vasconcelos, **Intermezzo Europeu ou fuga para a frente?**, de Maria do Rosário de Moraes Vaz, **Linhas de acção estratégica da política de defesa nacional**, de José Luís Pinto Ramalho, **A política de defesa espanhola – Fim do ciclo?**, de Rafael L. Bardají, e **Cyberwar-netwar – A segurança na idade da informação**, de Eduardo Mateus da Silva. O número incluiu ainda informação sobre a participação portuguesa em missões humanitárias e de paz e sobre a União Europeia e a defesa.

Ao longo de 2003, a temática da segurança e da defesa esteve muito presente nas diversas edições de *O Mundo em Português*, numa demonstração da centralidade destes temas na actividade do IEEI. Entre outros, foram publicados os seguintes textos: **Portugal em Operações de Paz**, Jorge Duque (nº. 43, Abril de 2002), **Estados Unidos – Iraque-Europa**, Pierre Hassner, (nº 44, Maio de 2003), **A "nova Europa" – Mais perto de Washington, mais longe de Bruxelas?**, Pedro Courela (nº 44, Maio de 2003), **As euroforças e a Política Europeia de Defesa**, João Paulo B. Costa (nº 44, Maio de 2003), **O negócio por trás da guerra**, Ana Magalhães, (nº 48, Setembro de 2003) (Anexo)

## **Estratégia**

No seguimento do Debate Nacional sobre o Futuro da Europa, o IEEI publicou o número 18-19 da revista *Estratégia*, incluindo os contributos relativos ao tema **A Europa como Actor Internacional**, onde foram abordadas mais especificamente as questões de segurança e

defesa. Assim, foram publicados os seguintes textos: **Paradoxos do Desejo Multipolar Europeu**, Teresa Botelho, **Para uma Política de Segurança Global da União Europeia**, Ana Paula Brandão, **A política europeia de segurança e defesa: que futuro?**, Augusto Rogério Leitão, **O Factor Nacionalismo na Política Externa e de Segurança Europeia**, Fátima Monteiro, **Segurança Europeia e Alargamentos da União Europeia e da NATO**, Luís Leitão Tomé, **A União Europeia: uma federação às avessas**, Álvaro de Vasconcelos.

(Anexo)

#### **E. Continuação do ciclo Juventude e Defesa**

Iniciativa regular do IEEI, procura levar o debate sobre a segurança e a defesa para junto dos estudantes, contribuindo para o aumento da informação e incentivando a participação dos jovens. O seminário Juventude e Defesa decorreu em Coimbra, a 31 de Março de 2004, e foi dedicado ao tema **Portugal, a Europa e o Mediterrâneo**. O seminário procurou caracterizar o actual cenário de conflito e transição política no Mediterrâneo e no Médio Oriente, abordando os principais conflitos na região e a relação de Portugal e da Europa com os países da margem sul do Mediterrâneo. Organizado em colaboração com o Núcleo de Estudos de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (NERIFE), contou com a participação de estudantes de diversas universidades e de membros das juventudes partidárias.

(Anexo B)

#### **F. Alargar a informação disponível e acessível on-line sobre segurança e defesa.**

Pensando no imenso manancial de informação sobre segurança e defesa que se encontra disponível online, o IEEI apresenta no seu *website* uma análise exaustiva de sites internacionais e nacionais que contêm informações sobre estes temas. Muito mais do que a selecção e sistematização de ligações importantes, cada site foi analisado e é descrito no essencial da informação que contém, facilitando enormemente a procura de informação, o que corresponde directamente não só às necessidades dos decisores, mas também dos estudantes de relações internacionais e matérias afins.

#### **G. Dar continuidade ao programa de formação/acesso ao mercado de trabalho de jovens recém-licenciados, inclusive em temas de defesa, admitindo estagiários com funções de pesquisa nesta matéria.**

Os estagiários (dois, no período a que se refere esta informação) admitidos no âmbito do Programa de Defesa, procuram identificar, através da recolha e análise de material bibliográfico, a informação mais relevante sobre as temáticas da segurança e de defesa, tanto em termos internacionais como europeus e nacionais.

As suas actividades incluem a selecção do material de imprensa nacional e internacional, que permita identificar quais os assuntos chave de interesse para o programa, as medidas adoptadas e as tomadas de posições de governos e instituições internacionais.

Entre Maio de 2003 e Maio de 2004, os estagiários desenvolveram as seguintes actividades:

- o Levantamento das missões de paz em que participaram Espanha, Holanda, Luxemburgo, Itália e Portugal
- o Levantamento das principais resoluções das Nações Unidas sobre o Iraque e acompanhamento sistemático da acção da ONU em relação à crise iraquiana
- o Identificação dos custos orçamentais da defesa nos Estados membros da União Europeia
- o Colaboração no projecto sobre a orgânica da Defesa Nacional em países seleccionados da União Europeia e da Nato
- o Levantamento, selecção e descrição dos sites relacionados com segurança e defesa – cujo resultado se encontra no *site* do IEEI ([www.ieei.pt](http://www.ieei.pt))
- o Organização do seminário Juventude e Defesa

\*\*\*\*

### *EuroMeSCO*

No âmbito das actividades da rede EuroMeSCO, *network* de institutos que tem como objectivo promover a discussão e a pesquisa na área da política externa e de segurança no Mediterrâneo, e cuja coordenação e secretariado são assegurados pelo IEEI, destaca-se a elaboração do questionário sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa. Este estudo, resultante das actividades levadas a cabo dentro do grupo de trabalho sobre o impacto da PESD na Parceria Euro-Mediterrânica, centra-se nas percepções governamentais e da sociedade civil sobre a política europeia de segurança e defesa, nos países que assinaram a Declaração de Barcelona em 1995.

No quadro do conjunto de seminários e conferências organizados pelo EuroMeSCO destaca-se a realização em Sintra, em Maio de 2003, do Seminário *Euro-Mediterranean Relations and the United States – Dialogue in time of Crisis*. Este evento, organizado pelo IEEI com o patrocínio da NATO e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, centrou-se no debate sobre a possibilidade de uma cooperação triangular para a paz, prosperidade e estabilidade entre a União Europeia, os países do Sul e os Estados Unidos. Também em Setembro de 2003, Washington acolheu o seminário *The Middle East and the Mediterranean: The New Agenda*, que contou com apoio da RAND Corporation. Aqui se debateu a estabilização do Iraque e as perspectivas para a implementação do *Road Map*, bem como o estado das relações transatlânticas.

A rede tem igualmente uma actividade editorial regular no domínio da segurança e política externa, onde se destacam os seguintes trabalhos:

Martinez, Luis, *La sécurité en Algérie et en Libye après le 11 septembre*, Maio de 2003.

Mateos, Elvira Sánchez, *European Perceptions of Southern Countries Security and Defence Issues – A Reflection on the European Press*, Julho de 2003.

Kuhnhardt, Ludger, *System-opening and Cooperative Transformation on the Greater Middle East. A New Trans-Atlantic Project and a Joint Euro-Atlantic-Arab Task*, Novembro de 2003.

Vasconcelos, Álvaro de, *Launching the Euro-Mediterranean Security and Defence Dialogue*, Janeiro de 2004.

---

## **Anexos**

**A. Relatório: Portugal e a União Europeia**

**B. Relatório: Portugal, a Europa e o Mediterrâneo**

## **Relatórios produzidos**

**Adaptação e Mudança nos Ministérios da Defesa Europeus**

**A Segurança de Timor-Leste e o Contexto Regional – Desafios para a Política de Cooperação Militar Portuguesa**

**Portugal: Cooperação e Intervenções Militares em África**

**Levantamento de *Sites* sobre Segurança e Defesa Internacional**

ANEXO A



IEEI



IDN

# SEMINÁRIO

---

PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

**- RELATÓRIO -**

## **Relatório do Seminário Portugal e a União Europeia**

**Instituto de Defesa Nacional**

**Lisboa, 3 e 4 de Março de 2004**

**IEEI/IDN**

### **1. Objectivos**

O Seminário Portugal e a União Europeia, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) em colaboração com o Instituto de Defesa Nacional (IDN), teve como objectivos reflectir sobre o papel de Portugal na União Europeia e sobre o seu contributo para o futuro da Europa, no quadro das perspectivas para a Política Externa e de Defesa europeias, e num contexto internacional em mutação. O projecto de Constituição Europeia e as inovações que contém relativamente à PESC e à PESD foi um tema transversal a todas as discussões.

O seminário decorreu durante dois dias, perante um público de cerca de 200 pessoas e contou com a participação de oradores do meio militar, académico e de investigação, jornalístico, político, diplomático e empresarial.

### **2. Seminário**

#### **Conclusões**

O seminário decorreu tendo como pano de fundo a consciência de que a Europa vive um momento particularmente complexo da sua história. O alargamento, a natureza do seu modelo político e o papel que assume no plano internacional são apenas alguns dos aspectos que influenciam o debate europeu e que tornam problemática a elaboração de soluções, visto que o progresso ou a estagnação da União Europeia passam, inevitavelmente, pela boa gestão e por uma reflexão objectiva sobre qualquer um deles.

A constatação destas dificuldades traduziu-se num certo pessimismo de algumas intervenções, revelado sobretudo no que respeita ao papel que Portugal poderá vir a desempenhar daqui para o futuro, com a redução das transferências de fundos e perante algumas oportunidades perdidas em sectores como, por exemplo, o das pescas.

Outros intervenientes sublinharam que a Democracia na Europa passa também pela assunção das responsabilidades nacionais e que, neste sentido, Portugal deveria assumir as suas e não escudar-se por detrás de uma suposta “responsabilidade europeia”. Perante esta tendência, foi defendida a necessidade de se realizar um balanço objectivo daquilo que tem sido a pertença de Portugal à União Europeia, porque só uma análise rigorosa do seu papel permitirá identificar, não só os aspectos negativos ou as oportunidades perdidas mas, também, os benefícios da integração europeia, como o forte impulso para o desenvolvimento nacional, para a consolidação da Democracia e para o reforço do papel de Portugal no plano internacional.

### **Identidade europeia**

A questão da identidade europeia e da definição dos seus traços essenciais ocupou um importante espaço no debate. Foi sublinhado que a Europa é um espaço de diversidade, por contraposição à ideia de unicidade cultural.

Por outro lado, foi afirmado que aquela diversidade se funda em valores comuns que constituem, verdadeiramente, os pilares da construção europeia. Se os valores europeus são a fronteira e o factor de coesão da União Europeia, então qualquer tentativa de delimitação das fronteiras físicas da Europa será extraordinariamente difícil, bastando observar todo debate em torno da adesão da Turquia. Os oradores que se pronunciaram sobre esta última questão referiram-se que a Europa deve ter capacidade para integrar efectivamente a diversidade existente no seu território, incluindo a resultante da imigração muçulmana e também, no futuro, a que será trazida por uma Turquia democrática, cumpridora de todos os critérios de adesão.

A ideia da diversidade é de tal forma fundamental que os autores do projecto de Constituição decidiram consagrá-la no seu preâmbulo, tornando muito claro que aquela é um elemento constituinte da Europa, e um dos seus valores centrais.

## **Legitimidade e Representação**

A par da questão da identidade europeia, surgiu também a da sua legitimidade, problema que ocupa um espaço central no projecto constitucional que reafirma, aliás, a dupla legitimidade – dos Povos e dos Estados – que tem presidido à construção europeia, embora não sem um certo desequilíbrio entre estes dois elementos. Esse mesmo desequilíbrio foi patente na intervenção de muitos dos oradores que se concentraram no problema da legitimidade dos Estados e na forma de a reforçar. A necessidade de assegurar uma representação portuguesa em pé de igualdade com a dos outros Estados membros foi um tema dominante. Foi dito repetidas vezes que era preciso garantir o princípio da igualdade e, para isso, considerou-se essencial manter e reforçar os poderes da Comissão Europeia e aprofundar o método comunitário.

Embora se tenha afirmado, igualmente, que era necessário encontrar formas de representação dos cidadãos de acordo com a sua diversidade e distribuição no interior de cada Estado, as principais propostas foram no sentido de assegurar uma representação igual dos Estados, tendo sido defendida a criação de um Senado no interior do Parlamento Europeu, o que conferiria maior legitimidade, não só a este último, mas a todo o processo europeu.

## **Constituição Europeia**

Uma terceira questão discutida foi a da futura Constituição Europeia e das reformas que propõe. Foi dito várias vezes que, apesar de o texto ser mais claro e legível do que o dos anteriores Tratados - algo que foi considerado muito positivo - ele configura uma Constituição em muitos aspectos demasiado programática, contendo um elenco excessivo de políticas. Perante esta constatação, um interveniente defendeu para a União Europeia um texto à imagem da Constituição americana. Tal proposta suscitou algum debate, pois implica a possibilidade da Europa se tornar num “super Estado” federal, à semelhança dos Estados Unidos da América, ideia que foi rejeitada pela maioria. Com efeito, a Constituição europeia será a lei suprema, não de uma organização federal, mas

de uma entidade absolutamente nova e original. Quando tivermos uma Constituição à imagem da americana, isso significa que teremos atingido uma situação política absolutamente diferente da actual, mais perto de um Estado federal europeu, que ainda não existe, embora o actual projecto de Tratado contenha alguns elementos nesse sentido.

#### **A UE no plano internacional**

Outro tema bastante discutido foi o do conceito estratégico, no que respeita à visão da ordem internacional e da resposta europeia aos desafios da segurança internacional. Foi várias vezes repetido que a União Europeia deve adoptar uma estratégia na ordem internacional que corresponda à sua própria identidade - contrária à de uma potência tradicional - assente na defesa dos seus valores e na defesa do multilateralismo. Esta estratégia faria da UE uma potência civil (alguns falaram de potência civil "com dentes") e torná-la-ia num actor internacional completamente diferente, cuja acção e impacto na ordem internacional não é ainda absolutamente perceptível.

A discussão centrou-se também na natureza do próprio multilateralismo que, todos concordaram, deve ser um valor imanente à acção da UE no plano externo. Assim, se este multilateralismo deve ser eficaz, com base no conceito estratégico apresentado por Javier Solana, e capaz de responder aos desafios da segurança internacional, é também necessário reflectir sobre se tal multilateralismo representa uma multipolaridade absoluta, ou antes uma unipolaridade com doses de multilateralismo.

Em resposta a esta questão, um interveniente considerou que a União Europeia não pode ser percursora de um sistema multipolar que, a acontecer, acontecerá independentemente da acção da União Europeia. O contributo da União Europeia para a ordem mundial é a sua afirmação como actor internacional significativo, mas não a defesa de uma ordem internacional de equilíbrio de potências, uma ordem como aquela que a Europa rejeitou no seu próprio continente. Na sua relação com os EUA, o que a UE deverá fazer é defender intransigentemente as regras que vão impulsionar os Estados Unidos a agir no campo do multilateralismo.

Não tendo sido um tema central, as relações transatlânticas foram abordadas e todos foram unânimes em considerar que é importante que exista uma relação sólida entre a Europa e os Estados Unidos e entre aquela e a Nato. A questão mais difícil é saber qual a posição actual americana em relação à integração europeia. Se é indiscutível que os Estados Unidos tiveram um papel fundamental no início da construção europeia, com o plano Marshall, existe actualmente uma certa perplexidade na Europa relativamente à natureza da perspectiva da América sobre a União Europeia.

Relativamente às acções e aos instrumentos para uma política externa da União Europeia eficaz e credível, surgiram quatro ideias principais:

- a da identificabilidade: para isso, a União Europeia terá que ter unidade. A crise do Iraque mostrou que uma Europa dividida não tem influência suficiente junto dos Estados Unidos nem do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- a da coerência: para isso, a UE tem que articular os seus instrumentos económicos em coerência com as suas prioridades políticas e a ajuda ao desenvolvimento;
- a da capacidade para agir: ao manter o direito de veto, a Constituição deixou por resolver um problema essencial na capacidade da União para agir e para construir uma verdadeira política de defesa;
- a da necessidade de uma defesa comum: foi unanimemente considerado que, sem política de defesa, a União Europeia não terá influência mundial. Com efeito, a hipótese de uma Europa permanentemente neutralizada foi considerada uma não alternativa, já que desde a queda do muro de Berlim que os problemas de segurança europeus e de segurança internacional obrigam a Europa a agir, mesmo que só através de um grupo de Estados.

### **Portugal na Europa**

A reflexão sobre a posição portuguesa na União Europeia foi transversal a todas as discussões. Foi salientado que era necessário existir um pensamento estratégico sobre o papel do nosso país na Europa, baseado em interesses e propostas nacionais, mas reflectindo também um claro interesse europeu. Tal poderá ser mais facilmente conseguido se se deixar de pensar a Europa como um tema de política externa e se considerar aquilo que ela é – parte integrante da política interna nacional.

No momento em que a Europa se alarga é, mais do que nunca, imperioso manter a sua coesão, resolver o défice democrático e tornar a União eficaz, interna e externamente. É neste enquadramento que se coloca, com mais premência do que nunca, a questão da capacidade de Portugal de estar na vanguarda europeia.

SEMINÁRIO  
PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

---

DATA: 3 e 4 de Março de 2004

LOCAL: Instituto de Defesa Nacional, Lisboa

ORGANIZAÇÃO: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e Instituto de Defesa Nacional

ORADORES: José Eduardo Garcia Leandro, Álvaro de Vasconcelos, Teresa de Sousa, José Luís da Cruz Vilaça, José Joaquim Gomes Canotilho, José Gregório Faria, Guilherme d'Oliveira Martins, João Salgueiro, Manuel Braga da Cruz, Vítor Martins, José Medeiros Ferreira, José António Cervaens Rodrigues, Maria do Rosário de Moraes Vaz, António Luciano Fontes Ramos, Diogo Freitas do Amaral.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: aproximadamente 200.

Website: <http://www.ieei.pt>  
<http://www.idn.gov.pt>



IEEI



IDN



**IEEI**



**IDN**

## **PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA**

### **Instituto da Defesa Nacional**

**3 e 4 de Março de 2004**

#### **Programa**

**3 de Março**

---

**14:30 Sessão de Abertura**

**José Eduardo Garcia Leandro, *Director, IDN***  
**Álvaro de Vasconcelos, *Director, IEEI***

**15:00 Portugal e o Projecto de Tratado Constitucional Europeu**

**Moderador Teresa de Sousa, *Jornalista, Público***  
**José da Cruz Vilaça, *Conselho Directivo, IEEI***  
**José Joaquim Gomes Canotilho, *Professor Catedrático, Faculdade de Direito, Coimbra***

**16:30 Café**

**16:45 O Conceito Estratégico Europeu**

**Moderador José Gregório Faria, *Embaixador***  
**Guilherme d' Oliveira Martins, *Deputado, Assembleia da República***  
**João Salgueiro, *Presidente, Associação Portuguesa de Bancos***

**4 de Março**

---

**14:30 Portugal e a Política Externa e de Segurança Comum**

**Moderador Manuel Braga da Cruz, *Reitor, Universidade Católica Portuguesa***  
**Vítor Martins, *Consultor, Citigroup / Conselho Directivo, IEEI, Lisboa***  
**José Medeiros Ferreira, *Deputado, Assembleia da República***

**16:00 Café**

**16:15 Portugal, a Política Europeia de Segurança e de Defesa e a NATO**

**Moderador José António Cervaens Rodrigues, *IDN***  
**Maria do Rosário de Moraes Vaz, *IEEI***  
**António Luciano Fontes Ramos, *General***

**17:45 Sessão de Encerramento**

**Presidente Diogo Freitas do Amaral, *Faculdade de Direito, UNL***  
**José Eduardo Garcia Leandro, *Director, IDN***  
**Álvaro de Vasconcelos, *Director, IEEI***

ANEXO B

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E  
INTERNACIONAIS

# SEMINÁRIO JUVENTUDE E DEFESA

---

PORTUGAL, A EUROPA E O MEDITERRÂNEO

**- RELATÓRIO -**

Lisboa, 7 de Abril de 2004

**Relatório do Seminário Juventude e Defesa – Portugal, a Europa e o  
Mediterrâneo  
Comissão de Coordenação da Região Centro  
Coimbra, 31 de Março de 2004  
IEEI/NERIFE**

## **1. Objectivos**

O Seminário Juventude e Defesa, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) em parceria com o Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (NERIFE), vem na continuação de um projecto de longo-prazo entre o IEEI e o Ministério da Defesa que visa levar as questões sobre segurança e defesa a debate entre os jovens universitários, envolvendo, não só as associações de estudantes, como as próprias juventudes partidárias. Criar um espaço de debate nacional sobre segurança e defesa entre os futuros quadros superiores do país é, desta forma, o objectivo principal deste projecto.

Tendo em consideração o elevado número de inscrições – para cima de 140 – o grau de participação das associações de estudantes das licenciaturas em Relações Internacionais das Universidades de Coimbra, Minho e Autónoma de Lisboa, com alguns dos seus membros a integrarem os três painéis e o interesse manifestado pelo público – a esmagadora maioria jovens universitários -, pode-se concluir que o seminário cumpriu os objectivos propostos.

## **2. Seminário**

### **Tema**

O tema escolhido, apesar de elaborado conjuntamente com NERIFE, acabou por servir de base à criação de um projecto, por parte do IEEI, para 2004, que envolve a realização de mais dois Seminários Juventude e Defesa: um sobre o relacionamento transatlântico e outro relativo à Europa alargada. A realização destes será na Universidade do Minho e na Universidade Autónoma de Lisboa, respectivamente. Tendo o primeiro evento do projecto sido o aqui relatado, espera-se que os outros dois tenham lugar até Novembro do presente ano.

### **Painéis**

#### **Conflito e Transição no Mediterrâneo**

Depois da sessão de abertura, que contou com a presença do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Pedro Hespanha, teve início o primeiro painel do dia.

**Álvaro de Vasconcelos**, Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, destacou as questões mais pertinentes em relação à região que os norte-americanos entendem como Grande Médio Oriente: a democratização, o terrorismo e o papel da UE.

Quanto ao primeiro tema, o orador considerou impossível impor qualquer tipo de democratização – pode-se apoiar o processo, mas este deve nascer e ser conduzido a partir do interior da região. Existe mesmo o perigo de se assistir a um choque das civilizações positivo, com a tentativa de uma abordagem global, quando são inúmeras as especificidades locais. Este processo pode ser conduzido em paralelo com as resoluções de questões como o Iraque e a Palestina, mas dificilmente terá algum sucesso sem a resolução destes. Por outro lado, estamos perante um processo de longo-prazo, algo que pode chocar com a necessidade de medidas de curto-prazo no combate ao terrorismo.

Perante tão grande tarefa, a Europa não se pode sujeitar a uma posição seguidista, tendo de afirmar a sua influência no processo, algo que poderia ser conseguido através de um salto qualitativo na parceria euro-mediterrânica. Uma maior coerência e consistência, a inclusão dos islamitas moderados e o apoio geral aos processos de transição democrática, devem ser algumas das medidas que a UE devia tomar e fazer com que fossem tomadas.

**Rosalina Oliveira**, finalista da licenciatura em Relações Internacionais na Universidade do Minho, comentou a intervenção de Álvaro de Vasconcelos, tendo salientado o cuidado que é necessário ter quando se aborda a questão da democracia numa tão heterogénea região, “onde a segurança é incipiente e onde os ‘factores de risco’ são cada vez mais significativos” como é o caso do Grande Médio Oriente. A promoção do diálogo e da cooperação devem, assim, corresponder à política para a região, tanto por parte da Europa como dos EUA, proponentes do plano.

#### Principais zonas de instabilidade e conflito: Palestina e Iraque

**João Gomes Cravinho**, docente de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fez uma comunicação sobre as grandes linhas de segurança internacional na Palestina e no Iraque. Em relação à primeira, destacou o facto de o conflito a que aí assistimos, apesar de reactivado em 2000, remontar a várias décadas, pelo que é necessária ter em conta, tanto o passado recente, como o tempo histórico mais alargado. A construção do muro só vem complexificar todo este processo, prolongado no tempo qualquer solução para o conflito – segundo Cravinho, por mais de uma geração.

Quanto ao Iraque, apesar de o orador se ter manifestado contra a invasão do Iraque, considerou que esse agora era um assunto secundário, face à necessidade de fazer uma transição de poder o mais suave possível. Contudo, por um lado, os americanos estão mais interessados na reconstrução física do Iraque, do que na reconstrução do tecido social – por esta as empresas norte-americanas não têm tanto interesse –; por outro, são antigas as dificuldades dos EUA em construir sistemas políticos e administrativos diferentes do seu. Tudo isto faz com o caminho não seja fácil, mas necessário, uma vez que a situação no Iraque está a contribuir para um crescente sentimento de ressentimento do Islão em relação ao Ocidente.

Coube a **Vanessa Leal**, da Universidade Autónoma e a **Gonçalo Begonha**, representante da Juventude Popular, fazerem os comentários à intervenção de João Gomes Cravinho.

Se a abordagem da finalista da UAL se baseou em torno da necessidade de uma intervenção pacífica mas activa, tanto da UE como dos EUA, o comentário do representante popular acabou por criar bastante celeuma junto do público, devido à sua posição relativamente ao conflito do Médio Oriente. Segundo este, estabelecer uma região segura e isenta de conflito deve ser uma prioridade, quer para nós europeus, quer para os próprios EUA cujos interesses vitais na área são consideráveis e prioritários. Prioritário deve ser ainda a construção do famoso muro da Cisjordânia, dividindo territorialmente a região em foco. Segundo ele, este muro é comparável a um muro que o cidadão comum constrói em sua casa por forma a proteger-se dos ladrões. Se quisermos viver mais seguros, temos que nos proteger daqueles que atentam contra a nossa integridade e segurança.

Por fim, defendeu que os americanos têm toda a legitimidade de penetrarem e auxiliarem, segundo os seus critérios e prioridades, a democratização dos regimes do Mediterrâneo.

Na primeira parte do painel, o público participou activamente, com diversas questões relacionadas com a intervenção de Álvaro de Vasconcelos. Devido a limitações horárias, não houve espaço para debate na segunda parte.

### **Portugal e o Mediterrâneo**

**Ana Santos Pinto**, assistente de investigação do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, analisou o relacionamento de Portugal com o Mediterrâneo, salientando a predominância da Europa, do eixo transatlântico e dos PALOP na política externa nacional, sendo o Mediterrâneo relegado para segundo plano. Na verdade, a política de Portugal é a política das organizações a que pertence.

Ao nível multilateral, tem-se limitado a fazer parte das iniciativas das organizações a que pertence, como a Parceria Euro-Mediterrânica da UE e o Diálogo Mediterrânico da NATO. Na verdade, Portugal só aposta na política para o Mediterrâneo no seio da UE e NATO para compensar a sua posição periférica, face ao papel dos países do Norte em relação à Europa de Leste.

Em termos bilaterais, e com a excepção de interesses económicos em Marrocos e na Tunísia, a actividade portuguesa tem sido escassa não existindo uma clara política de investimento para a região, muito menos de intervenção ao nível dos assuntos políticos.

A proximidade geográfica fez a oradora alertar para a necessidade de Portugal desenvolver uma política mais interveniente para a região, sob pena de ser afectado pelo que aí se passa, sem ter uma palavra a dizer.

O Coronel **José Manuel Esperança da Silva** foi, sobretudo, “factual e prospectiva”. Para além de caracterizar a região e as principais ameaças e riscos provenientes desta para a Europa, salientou as diversas formas de envolvimento bilateral de Portugal no Mediterrâneo, ao nível dos ministérios da Defesa. O futuro da região e o papel de Portugal no contexto bilateral e multilateral compuseram a parte final da sua intervenção.

Os comentários ficaram a cargo de **Licinia Simão**, representante do NERIFE e de **Joel Vasconcelos**, membro da Juventude Comunista Portuguesa. Em relação à intervenção

da primeira, de realçar a introdução da problemática do Saara Ocidental. Quanto ao jovem comunista, este salientou, sobretudo, o papel passivo da UE face ao conflito israelo-palestino.

O debate foi bastante participado, com perguntas em torno do papel que a UE e concretamente Portugal, têm ou deviam ter em relação ao Mediterrâneo. A a crise do Médio Oriente foi novamente suscitada.

### **A segurança no relacionamento euro-mediterrânico**

**Pedro Courela**, investigador do IEEI, dedicou a sua intervenção à dimensão da segurança interna na Parceria Euro-Mediterrânica. Apesar de esta fazer parte das relações externas da UE, a sua lógica de manutenção de uma vizinhança estável obriga à preocupação com questões relativas aos assuntos internos. Destes, pode-se salientar as migrações, o terrorismo e a protecção civil. Os dois primeiros são referidos explicitamente na Declaração de Barcelona, ao passo que o terceiro, apesar de não estar nos objectivos iniciais da Parceria, tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos. Pelo facto de ser a área menos explorada, o orador abordou de forma mais profunda a última questão.

A protecção civil não se resume ao combate directo ao desastre, mas também à prevenção, à assistência às populações afectadas e à formação aos agentes da protecção civil. Ao nível do projecto euro-mediterrânico, têm sido levadas a cabo várias iniciativas, como seminários e cursos de formação e a criação de uma rede de Escolas de Protecção Civil comum aos 27 parceiros. A longo-prazo prevê-se o estabelecimento de um sistema integrado euro-mediterrânico para a redução e combate a desastres naturais.

A importância da protecção civil para a Parceria Euro-Mediterrânica reside na percepção de que esta pode ser mais do que um simples mecanismo de incremento de diálogo entre as duas margens do Mediterrâneo: um mecanismo de resolução de problemas comuns. Atendendo a que estamos a falar de uma área transversal, esta pode criar uma dinâmica de *spill-over* para outras áreas, como a cooperação policial.

O General **António Fontes Ramos** fez uma abordagem geral das principais ameaças do Mediterrâneo para a segurança da Europa – desde a explosão demográfica, até ao narcotráfico - e as medidas que a Europa tem levado a cabo para contrariar essas mesmas ameaças, sobretudo através da UE e da NATO. Nesse sentido, fez uma aprofundada exposição do funcionamento e objectivos, tanto da Parceria Euro-Mediterrânica, como do Diálogo Mediterrânico da NATO.

Completando a análise mais estrutural de Fontes Ramos, **Bruno Reis** preferiu salientar os principais pontos que marcam a actualidade política no relacionamento euro-mediterrânico, sem esquecer o papel dos EUA..

Para este, a Europa tem uma política para o Mediterrâneo, que passa sobretudo pelo aprofundamento de laços comerciais e pelo apoio ao desenvolvimento dos países da região. Por seu turno, os EUA têm tido uma visão para a região muito mais centrada na segurança, algo que é mudado pela iniciativa do Grande Médio Oriente, onde são advogados os mesmos instrumentos que a UE tem vindo a utilizar.

Um dos pontos importante de tal iniciativa diz respeito ao apoio à democratização, aspecto no qual os erros têm sido comuns aos dois lados do Atlântico, através da predominância de um misto de inércia e apoio a regimes estáveis, mas autocráticos.

Como forma de se poder estabilizar a região, o orador defende uma moderada condicionalidade positiva, em que a ajuda é dada consoante os progressos ao nível da democratização.

**Carlos Firmino**, da UAL e **Luis Filipe Pereira**, da Juventude Socialista, foram os comentadores deste painel, tendo este último destacado a importância das Nações Unidas para a ordem internacional.

O debate que se seguiu centrou-se no papel da ONU na resolução do conflito da Palestina, nas consequências dos atentados de 11 de Março para o relacionamento europeu com o Mediterrâneo.

### **3. Organização e avaliação final**

Foi evidente o grau de satisfação de todos os intervenientes no evento, desde a organização, até aos oradores, passando pelo público. Numa sondagem feita aos participantes da Universidade do Minho, a totalidade dos inquiridos considerou o evento de “muito interessante”, salientando a pertinência do tema. Como única crítica, foi apontado o pouco tempo disponível para debate, sobretudo da parte da manhã.

Em suma, podemos considerar a iniciativa como bem sucedida, sobretudo, em virtude da actualidade dos temas e da qualidade dos oradores que compuseram este seminário.



IEEI



NERIFE/AAC

## *Portugal, a Europa e o Mediterrâneo*

### **Seminário Juventude e Defesa**

Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro  
Coimbra, 31 de Março

**09h30**

#### **Abertura**

*Fernando Seabra Santos*, Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra\*

*Pedro Hespanha*, Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia

*Álvaro de Vasconcelos*, Director, IEEI

*Marta Jorge*, Presidente, NERIFE/AAC

**10h00**

#### **Conflito e transição no Mediterrâneo**

Moderador

*Teresa Cravo*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

#### **O Grande Médio Oriente – de Marrocos ao Paquistão**

*Álvaro de Vasconcelos*, Director, IEEI

Comentários

*Rosalina Oliveira*, CECRI, Universidade do Minho

#### **Principais zonas de instabilidade e conflito: Palestina e Iraque**

*Maria do Rosário de Moraes Vaz*, IEEI

*João Gomes Cravinho*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comentários

*Vanessa Leal*, Universidade Autónoma de Lisboa

*Gonçalo Begonha*, Juventude Popular

*Pausa para café às 11h00*

**14h00**

#### **Portugal e o Mediterrâneo**

Moderador

*Daniela Nascimento*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

*Esperança da Silva*, Coronel, Ministério da Defesa Nacional

*Ana Pinto*, IPRI-UNL

Comentários

*Licinia Simão*, NERIFE

*Joel Vasconcelos*, Juventude Comunista Portuguesa



**16h00**

**A segurança no relacionamento euro-mediterrânico**

Moderador

*André Barrinha, IEEI*

**A dimensão interna**

*Pedro Courela, IEEI*

Comentários

*Carlos Firmino, Universidade Autónoma de Lisboa*

**A dimensão externa**

*António Luciano Fontes Ramos, General*

*Bruno Cardoso Reis, King's College*

Comentários

*Vera Lemos, CECRI, Universidade do Minho*

*Luís Filipe Pereira, Juventude Socialista*

*Pausa para café às 16h45*

**18h00**

**Conclusões**

Síntese por parte do NERIFE/AAC

---

\* *A confirmar.*



